

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO

O presente Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento correspondente à Marina Porto Búzios - Expansão, a ser realizado na Praia Rasa, município de Armação dos Búzios, estado do Rio de Janeiro, orienta-se pela Instrução Técnica DECON Nº 02/2009 da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, atualmente Instituto Estadual do Ambiente - INEA, apresentada em anexo, que estabelece as condições de sua elaboração, atendendo ao que determina a Resolução CONAMA nº 001/86, a Lei Estadual nº 1.356/88 e Diretriz da FEEMA DZ-041.R-13 – Diretriz para Implementação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, aprovada pela Deliberação CECA 3.667/97 (principalmente no que está contido no seu Item 2), como consta do respectivo processo E-07/202977/08, bem como da NA-042.R-9 – “Pedido, Recebimento e Análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)”.

Observa também os demais documentos legais que regem a matéria do licenciamento ambiental tanto no nível federal como no estadual.

3.2. ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Para a análise ambiental da abrangência da influência do empreendimento Marina Porto Búzios – Expansão são selecionadas tanto uma Área de Influência Indireta – AII como outra Área de Influência Direta – AID, entendidas como os diferentes universos espaciais que deverão ser estudados para a definição dos prováveis impactos positivos e negativos, como se desenvolve a seguir.

3.2.1. Área de Influência Indireta (AII)

Para os efeitos dos estudos dos Meios Físico e Biótico, a **Área de Influência Indireta (AII)** selecionada cobre todo o território terrestre do Município de Armação dos Búzios, e avança pelo mar até a linha da cota batimétrica correspondente à profundidade de 5m – até onde se presume tenham influência as trocas hídricas realizadas pelo canal artificial de acesso à marina atualmente existente e a dispersão de sedimentos na Praia Rasa – o que acarreta por consequência a inclusão da Ilha Rasa, próxima à praia, além das Lajes Secas de Terra, do Meio e de Fora, sendo que todas balizam a entrada do canal, como se pode ver no **Mapa da Área de Influência Indireta (AII)**, no Volume III, **Anexo nº 09**.

Esse universo espacial de análise, no caso do meio socioeconômico, onde é necessária a sobreposição de informações com vistas a uma visão conjunta de inserção regional, abrange também na AII o Município de Cabo Frio, que circunda e do qual se emancipou o Município de Armação dos Búzios, e com o qual se estabelecem as trocas imediatas, donde a importância do recorte espacial à visão pretendida.

Desta forma, a Área de Influência Indireta – AII considerada no presente Estudo para o Meio Antrópico é composta pelo município de Armação dos Búzios, englobando sua porção continental, peninsular e extensão marítima. Além disto, tendo em vista a inserção regional proporcionada pela futura implantação do empreendimento em análise, considera-se também incluído o município de Cabo Frio, limítrofe à Armação dos Búzios, para alguns indicadores de infra-estrutura, econômicos e de condições de vida.

Ambos os municípios estão inseridos na Região das Baixadas Litorâneas, que abrange ainda os municípios de Araruama, Arraial do Cabo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. As rodovias de acesso ao município de Armação dos Búzios, provenientes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, serão as potenciais vias indiretamente impactadas pelo empreendimento. Para efeitos de estudo de tráfego, tem-se como área de influência indireta as rodovias de acesso a Região dos Lagos.

As bacias hidrográficas maiores estão fora do município de Armação dos Búzios, pois ficam após o seu limite norte, já no município de Cabo Frio, como a do Rio Una, assim como a do Rio São João, sendo que esta faz a divisa municipal ao norte, separando Cabo Frio do município de Casimiro de Abreu.

3.2.2. Área de Influência Direta (AID)

No que tange à **Área de Influência Direta (AID)**, fica ela circunscrita, dadas as grandes dimensões do terreno, ao local onde se farão as intervenções para implantar o empreendimento, o que vale tanto para o meio físico quanto para o meio biótico, sendo que para o meio socioeconômico também devem ser incluídos os acessos e o entorno de vizinhança imediata.

Assim, a Área de Influência Direta – AID do Meio Antrópico abrange os bairros da Baía Formosa e da Rasa, no município de Armação dos Búzios, localizados na porção continental do município. Estes dois bairros serão os diretamente afetados pelas fases de construção e operação do Marina Porto Búzios – Expansão em relação às possíveis alterações nos modos de vida e ocupação da população dos dois bairros. Para análise das condições de acesso e tráfego, as vias classificadas como urbanas locais são os acessos ao Aeroporto e ao Golfe Clube e a Estrada da Fazendinha.

A visão espacializada da Área de Influência Direta pode ser inferida no **Mapa da Área de Influência Direta (AID)**, no Volume III, **Anexo nº 10**.

Com relação as Bacias Hidrográficas que possam interferir nas Áreas de influência, o terreno onde se desenvolverá o empreendimento da Marina Porto Búzios – Expansão está assentado em uma área cuja drenagem natural deveria ser feita diretamente para o mar, mas que fica impedida em quase toda extensão da Praia Rasa, não só pela cota ligeiramente mais alta junto ao litoral derivada da anterior formação de restinga, como também pelas sucessivas construções nos lotes costeiros que praticamente emparedam a praia. Assim, algumas áreas interiores ao terreno e as limítrofes na vizinhança formam bacias internas de acumulação, retendo a água das chuvas em épocas de maior precipitação e evaporando-a depois, graças as condições climáticas favoráveis de insolação, temperatura e ventilação, funções essas preservadas pelo projeto de implantação do Marina Porto Búzios – Expansão, diante de conformações diferentes, dentro da perspectiva de uma ocupação empresarial sustentável e ordenada.

3.3. ASPECTOS GERAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

3.3.1. Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 deu grande impulso à proteção ambiental quando, em seu Artigo 225, estabeleceu que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". No seu capítulo dedicado ao Meio Ambiente, a Constituição determina ao Poder Público (Art 225)" (...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Constitui, ainda, determinação do Artigo 225 da Constituição Federal a obrigação de, pessoas físicas ou jurídicas, repararem danos ambientais, sem prejuízo de sanções penais e administrativas (Parágrafo 3º).

Essas normas constitucionais vieram consagrar o que, na prática, já ocorria na legislação ordinária federal e estadual. Nas últimas duas décadas, inúmeras leis, decretos e portarias foram incorporados ao ordenamento jurídico nacional para a conservação do meio ambiente.

3.3.2. A Política Nacional de Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81, alterada pelas Leis nº 7.804, de 18/07/89, e nº 8.028, de 12/04/90. Atualmente, encontra-se regulada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90, que revogou o Decreto nº 88.351/83 e vários outros que a regulamentavam. O Decreto nº 99.274/90 foi posteriormente alterado pelos Decretos nº 99.355, de 27/06/90, e nº 122, de 17/05/91.

O meio ambiente é conceituado pela Lei nº 6.938/81 como "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*" (Art. 3, Inciso I). A Lei nº 6.938/81 passou a considerar como Recursos Ambientais "*a atmosfera, as águas interiores superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora*" (Art. 3, V).

Estabelece a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, que funciona através dos órgãos a ele relacionados. Fazem parte do SISNAMA o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão colegiado deliberativo e normativo, e os órgãos seccionais, que são *os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental* (Art.6º, VI da Lei nº 6.938). Todos os órgãos seccionais têm assento no CONAMA. No caso do Rio de Janeiro, o órgão seccional é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR.

No artigo 9º da Lei 6.938 encontram-se listados os instrumentos para execução da Política Nacional do Meio Ambiente; dentre eles:

“III - A avaliação dos impactos ambientais;

IV - O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

VI - A criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

O Decreto nº 99.274/90, que substituiu o Decreto nº 88.351/83 na regulamentação das Leis nº 6.902/80 e nº 6.938/81 estabelece no seu Artigo 1º, Inciso I, a competência do Poder Público, em seus diferentes níveis de governo, para manter fiscalização permanente dos recursos ambientais, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente.

3.4. ASPECTOS GERAIS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E DA POLÍTICA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05/10/89, a exemplo da Constituição Federal, contempla no seu texto um capítulo específico destinado a questão ambiental, estabelecendo princípios ou mesmo impondo regras para a Gestão do Meio Ambiente e de seus recursos. Entre os de interesse, listam-se os seguintes Artigos: 32; 73 (III, IV, VI e VII); 74 (VI, VII); 216 (§ 1º, I, II, III, IV); 227 (§ 2º e § 3º); 229 (§ 1º, § 2º e § 3º); 230 (I e II, alíneas a, b, f, g); 231 (§ 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 6º, I, II e III); 233 (§ 1º e § 2º); 234 (V); 235; 236; 252; 254 (II); 255 (III); 256 (II e III); 261 (§ 1º, II, III, IV, V e XX); 266 (§ 2º); 268 (I, II, III, IV, V, VI e VII); 269 (I, II e V); 270; 271; 272; 273; 322 (VIII e IX); 343; 344 (VII); 350 (parágrafo único); 351 (parágrafo único); 358 (VIII); 359; 360 (§1º e § 2º). No Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, releva mencionar os seguintes Artigos: 26 e 27 e seus Incisos, 39, 43, 44 e 58.

No Estado do Rio de Janeiro foi instituída em 1975, através do Decreto-Lei nº 134, de 16 de junho, a Política Estadual de Controle Ambiental compreendendo *"o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a fixar a ação governamental no campo da utilização racional do meio ambiente visando a preservação e o controle de todas as formas de poluição ambiental"*. Mais tarde, o Decreto-lei foi regulamentado pelos Decretos nº 1.633, de 21/12/77, nº 2.330, de 08/01/79, e nº 8.974, de 15/05/84. A execução da Política Ambiental se dá através de seu principal instrumento: o SLAP – Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras. O SLAP, criado pelo Decreto nº 1.633/77, e tem por objetivo *"disciplinar a implantação de quaisquer equipamentos ou atividades que forem consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, bem como de qualquer equipamento de combate a poluição do meio ambiente"*. Para sua regulamentação e aperfeiçoamento, o SLAP é objeto de uma série de decretos do Executivo e de deliberações da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA. Em janeiro de 1995, o Decreto nº 21.258, de 1º de janeiro de 1995, estabelece a nova estrutura do Poder Executivo Estadual, criou a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou através da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com a missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais anteriormente vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

À CECA compete exercer o poder de polícia inerente ao controle da poluição e à proteção ambiental, aplicando sanções, aprovando medidas e autorizando a implantação de Atividades Potencialmente Poluidoras. Vale-se do apoio técnico e administrativo do INEA. O INEA é o órgão executor da Política Estadual de Controle Ambiental, competindo-lhe: dar apoio técnico e sugerir ao CONEMA as medidas de proteção e melhoria do meio ambiente; exercer, em nome da CECA, o licenciamento e a fiscalização no cumprimento das normas de controle da poluição; medir, conhecer e controlar a poluição ambiental, em todas as suas formas, adotando medidas para seu equacionamento; planejar, coordenar e executar atividades de combate a vetores de doenças e promover pesquisas e estudos técnicos do domínio da proteção ambiental.

3.5. POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

A Política Ambiental do Município de Armação dos Búzios foi delineada em sua Lei Orgânica, promulgada em 11 de novembro de 1997. No Capítulo VI do Título VI (Ordem Econômica e Social), que trata do Meio Ambiente, são estabelecidas as regras gerais sobre o controle e a preservação do Meio Ambiente. Destaca-se o Art. 248 da referida Lei, que determina que os responsáveis por atividades causadoras de degradação ambiental arcarão integralmente com os custos de monitoramento, controle e recuperação das alterações do meio ambiente decorrentes de seu exercício, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e da responsabilidade civil.

3.6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Dentre os instrumentos listados na Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, destacam-se os referidos nos Incisos III e IV (a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras). Tais instrumentos possibilitam ao órgão ambiental do Estado permitir, induzir, modificar ou mesmo rejeitar a implementação de empreendimentos e atividades públicas ou privadas que visem a utilização de recursos ambientais.

Sendo assim, em 1986, o CONAMA, na esfera de sua competência, baixou a Resolução nº 001, de 23 de janeiro, definindo impacto ambiental como "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam (i) a saúde, a segurança e o bem estar da população; (ii) as atividades sociais e econômicas; (iii) a biota; (iv) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (v) a qualidade dos recursos ambientais".

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o processo de Licenciamento Ambiental segue a DZ.041-R.13 da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, atualmente convertida no Instituto Estadual do Ambiente – INEA, que estabelece a Diretriz para a implementação do EIA/RIMA. Ainda mais, o Órgão Ambiental emite uma Instrução Técnica (no caso em tela a IT nº 02/2009) estabelecendo as Normas Específicas a serem observados para a execução do EIA/RIMA.

3.7. PECULIARIDADES LEGAIS APLICADAS AO PROJETO

A implantação do Empreendimento Marina Porto Búzios – Expansão na Região da Praia Rasa, Armação de Búzios, interage com o meio ambiente sobre variadas formas. O enfoque ambiental legal apresentado neste item busca identificar as normas que digam respeito às atividades e às obras intrínsecas ao Projeto. Basicamente, a análise procurou avaliar as conformidades da construção e operação do empreendimento em relação às disposições legais vigentes, como forma de subsidiar os procedimentos específicos a serem executados, tanto na fase de construção quanto na de operação, para que as normas legais sejam cumpridas. O conhecimento da legislação ambiental aplicada serve ainda de balizador para orientar a elaboração do projeto, assim como permite identificar as ações de manejo ambiental que deverão ser realizadas pelo empreendimento para estar em conformidade com a legislação.

TEMAS	LEGISLAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Licenciamento Ambiental	Constituição Federal – Art. 225 – Inciso IV.	Estabelece a necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental
	Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81 Arts. 9º, 10º, 14º e 18.	Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. Estabelece a obrigatoriedade de licenciamento de empreendimentos que causem impactos ao Meio Ambiente.
	Decreto Federal nº 99.274 de 06/06/90 Artigo 19º, Inciso I, II e III e Título III.	Define os três níveis de licenças ambientais, a saber: - Licença prévia (LP); - Licença de Instalação (LI); - Licença de Operação (LO).
	Lei Federal nº 9.985/00 – Art. 7º, Inciso II §2º	Define critérios de implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
	Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/86.	Estabelece as definições, responsabilidade, critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
	Resolução CONAMA nº 02, de 18/04/96.	Estabelece que o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento do EIA / RIMA, terá como um dos requisitos a serem atendidos pela entidade licenciada, a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, de preferência uma Estação Ecológica, a critério do órgão licenciador, ouvido o empreendedor.
	Resolução CONAMA nº 09, de 3 de dezembro de 1987.	Dispõe sobre a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental.
	Resolução CONAMA nº 13/90.	Dispõe sobre a implantação de Empreendimento com relação a Unidade de Conservação.
	Resolução CONAMA nº 237 de 19/12/97.	Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
	Lei Estadual nº 1356/88.	Define normas para a realização de EIA / RIMA.
	Decreto Estadual nº 1633/77 – SLAP.	Estabelece a avaliação do nível de capacidade de poluição da atividade
	DZ.041.R-13.	Diretriz para a Implementação do EIA / RIMA.
	IT nº 02/2009 – FEEMA.	Instrução Específica para elaboração do EIA/RIMA.

TEMAS	LEGISLAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Patrimônio Ambiental e Cultural	Decreto-Lei 25, de 30.11.37	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Lei Federal nº 3.924, de 26/07/61.	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.
	Portaria IPHAN 230, de 17/12/02	Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
Pesca Artesanal	Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, de 25.11.2003.	Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos	Decreto Nº4887 de 20 de novembro de 2003.	Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

TEMAS	LEGISLAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Parcelamento / Uso e Ocupação do Solo	Lei Federal nº 4.591, de 16/12/64	Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.
	Lei Federal nº 6.766, de 19/12/79	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
	Lei Orgânica do Município de Búzios – de 11 de novembro de 1997.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do município de Armação dos Búzios.
	Plano Diretor de Búzios – lei Complementar nº13 de 22 de maio de 2006.	Dispõe sobre o Plano Diretor de Armação dos Búzios.
	Lei do Uso do Solo – Lei Complementar de Nº002 de 31 de Dezembro de 1999.	Dispõe sobre a lei de uso e ocupação do solo de Armação dos Búzios
	Lei nº 013 de 23 de abril de 1997.	Institui o código de Limpeza Urbana do Município de Armação dos Búzios.
	Lei nº 042 de 17 de Novembro de 1997.	Regulamenta as práticas de esportes náuticos e de serviços explorados comercialmente nas praias do município de Armação dos Búzios.
	Lei nº 263 de 13 de agosto de 2001.	Institui a obrigatoriedade de plantio de 20 (vinte) mudas de árvores sempre que uma árvore de espécie nativa e/ou ameaçada de extinção for derrubada, cortada ou sofra qualquer tipo de ação que resulte em sua morte, no município de Armação dos Búzios.
	Lei nº428 de 02 de março de 2004.	Altera a lei anterior, determinando a atribuição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento sobre a avaliação dos impactos e da determinação das espécies a serem plantadas, bem como da localidade.
	Lei nº548 de 12 de junho de 2006.	Dispõe sobre o licenciamento de residências tipo B e estabelecimento Hoteleiro de Armação dos Búzios.
	Lei complementar nº10 de 15 de dezembro de 2003.	Proíbe as atividades de parcelamento da terra para urbanização, alteração no perfil natural do terreno, desmatamento e caça na APA da Praia Azeda e Azedinha.
Educação Ambiental	Decreto nº 067 de 8 de agosto de 2004.	Cria o Parque Municipal da Lagoinha.
	Decreto Municipal 103 de 2004	Cria o Parque Lagoa de Geribá.
	Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

3.8. PLANOS E PROGRAMAS

Neste item são tratados os Planos e Programas Governamentais identificados para o município de Armação dos Búzios nos últimos anos. A capacidade municipal para contratar convênios e aderir a programas governamentais de distintos níveis (estaduais e federais) é um indicador do potencial de desenvolvimento local inserido dentro da conjuntura de desenvolvimento regional (ou territorial). Ao estabelecerem-se convênios junto aos programas governamentais, o município atesta seu poder relativo de autonomia administrativa e a sua capacidade de assumir contrapartidas financeiras, parcerias e prestação de contas públicas junto a sociedade.

Desta forma, apresenta-se, a seguir, os instrumentos de planejamento locais identificados em Armação dos Búzios, e os planos e programas governamentais existentes no município.

3.8.1. Âmbito Municipal

Instrumentos de Planejamento Municipal

INSTRUMENTO	EXISTÊNCIA
Plano Diretor	Sim
Lei de Parcelamento de Solo	Sim
Lei de Zoneamento	Sim
Legislação sobre Áreas de Interesse Especial	Sim
Código de Obras	Sim
Código de Posturas	Sim

3.8.2. Âmbito Estadual

Programa Moeda Verde – Multiplicar

Este Programa está vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA – do governo do estado do Rio de Janeiro. Objetiva aumentar a oferta de pescado principalmente nas atividades de piscicultura, ranicultura e cultivo de moluscos bivalves (mexilhão, ostra e coquille). Incentiva, através de linhas de crédito para investimento e custeio, a produção de pequenos e médios aquicultores. Além disto, o Programa oferece ainda capacitações e assistência técnica para os beneficiários, através da inserção de novos sistemas de produção, monitoramento da qualidade da água, organização e planejamento da produção.

Em 2005, um aqüicultor obteve financiamento junto ao Programa Moeda Verde – Multiplicar no montante de R\$14.500,00. Não há registros de mais financiamentos nos anos subseqüentes. (CIDE, 2007).

Projeto Caminhos Singulares do Turismo e Artesanato da Região Baixada Litorânea

Por intermédio da parceria entre o SEBRAE/RJ, do setor público e de empreendedores do setor turístico, este projeto objetiva aumentar a competitividade do setor turístico e o aumento do fluxo de turistas da região, através da metodologia do GEOR – Gestão Orientada para Resultados, sistema de estruturação e gerenciamento de projetos do SEBRAE. Foram identificadas atividades para estímulo ao artesanato local dinamizados pelo SEBRAE no município.

3.8.3. Âmbito Federal

Programa Estadual de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR

O governo do estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, estabeleceu convênio com o Ministério do Turismo em adesão ao Programa Estadual de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, totalizando US\$ 187 milhões para o desenvolvimento do setor no estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo deste Programa é a dinamização de recursos de infra-estrutura e serviços nos municípios que tenham potencial de desenvolvimento turístico. A focalização das ações foi estabelecida através dos fundamentos do Programa Nacional de Regionalizações-Roteiros (PRT), priorizando as ações nas regiões estratégicas para o desenvolvimento do turismo no território fluminense, através dos Pólos Turísticos. O Pólo Litoral abrange os municípios do Rio de Janeiro, Niterói (região metropolitana); Angra dos Reis e Paraty (Costa Verde) e Armação dos Búzios e Cabo Frio (Costa do Sol). Segundo informações obtidas junto à TURISRIO, Armação dos Búzios e Cabo Frio serão contemplados com a implantação da rede de tratamento de esgotos nas praias de Geribá e Ossos e a construção do aterro sanitário. Serão edificadas também o Centro de Convenções de Cabo Frio e o Mercado das Artes de Búzios.

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, 2007-2010, é um programa do governo federal que visa a melhoria das condições de infra-estrutura do país, de forma a impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Armação dos Búzios tem, atualmente, uma série de projetos de realização de obras de infra-estrutura conveniados junto ao governo federal. São elas:

- Via Azul: Trecho Tartaruga até posto “Ceceu” (nas proximidades do supermercado Só ofertas). José Bento Ribeiro Dantas com duplicação, alargamento, desapropriações, rotatórias e drenagem.
- Estrada da Usina: 4.800m de pavimentação da José Bento Ribeiro Dantas até a Brava (ida e volta), inclusive “Celso Terra”
- 5 canteiros. Drenagem com pavimentação – Rancho Mutã, Cem Braças, Geribá, Lagoa Tucuns, Bosque de Geribá.
- Rasa: Pavimentação de 8.400m e transversais.

Além disso, através de captação de recursos internos e externos e parcerias junto ao governo estadual, estão em andamento as seguintes obras:

- Recuperação do canto direito da Ferradura, na Rua “H”;
- Quadra Poliesportiva com praça na Mandrágora;
- Quadra Poliesportiva São José com vestiários e quiosque;
- Casa de Zanine: “Casa do Artesão”;
- Casa de Cultura;
- DPO;
- C.I.T.

Note-se que algumas dessas obras serão realizadas na parte continental do município (Estrada da Usina e pavimentação da Rasa), dinamizando as condições de infra-estrutura e acessibilidade na área do empreendimento.

3.9. CONCLUSÕES

Com referência ao Enquadramento Legal do Projeto Marina Porto Búzios – Expansão considera-se que não há nenhum impedimento legal que inviabilize a realização do projeto em questão, desde que sejam pedidas as autorizações aos órgãos públicos competentes, seja obtida a aprovação e liberação da obra, sejam observados os princípios de conservação ambiental previstos no EIA-RIMA e nas recomendações técnicas do INEA, sejam observados e atendidos os procedimentos formais e técnicos para o licenciamento ambiental, seja realizada consulta ao Órgão Gestor da Unidade de Conservação próxima, sejam adotados todos os procedimentos que visam dar publicidade a todos os atos e projetos, bem como sejam realizadas audiências públicas para a obtenção da opinião da Sociedade Local sobre o empreendimento. Cumpre ressaltar que Medidas Mitigadoras, visando diminuir os Impactos Negativos, e Compensatórias, inclusive aquelas previstas na Lei Federal nº 9.985/00, visando compensar os mesmos, são apresentadas ao longo do presente Estudo.